



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA  
DIRETORIA DE CURRÍCULOS E EDUCAÇÃO INTEGRAL  
COORDENAÇÃO-GERAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

Nota Técnica Nº 387/2015/DICEI/SEB/MEC
Interessado: Secretaria de Educação Básica
Documento: Comitês Territoriais de Educação Integral – Ação Intersetorial.

## I – HISTÓRICO

A Educação Integral compreendida como uma educação completa, que pensa o ser humano por inteiro, em todas as dimensões, está presente na legislação educacional brasileira e pode ser apreendida em nossa Constituição Federal, nos artigos 205, 206 e 227; no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 9089/1990); na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/1996), nos artigos 34 e 87; no Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.179/01) e no Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério (Lei nº 11.494/2007), sendo incluída no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2014), Lei nº 13.005, de 25/06/2014.

A Diretoria de Currículos e Educação Integral/DICEI/SEB/MEC, unidade da Secretaria de Educação Básica/SEB/MEC, responsável pela articulação intersetorial das políticas de educação básica na perspectiva da educação integral em todas as esferas de governo, considera os Comitês Territoriais de Educação Integral um espaço prioritário de interlocução institucional para consolidação da intersectorialidade entre educação, cultura, saúde, esportes, meio ambiente, direitos humanos, assistência social e formação para a cidadania. Assim, a DICEI/SEB/MEC reconhece a importância dos Comitês como espaço coletivo democrático para discussão de políticas educacionais locais, assumindo desafios na construção de uma nova realidade que envolva corresponsabilidade e interação com o processo educacional nos territórios.

## II - ANÁLISE

Diante da necessidade de induzir e aperfeiçoar as práticas intersetoriais que fortaleçam a Educação Integral em jornada ampliada e considerando o regime de colaboração entre os entes federativos e a organização de coletivos nas unidades federativas para a formulação da política pública de Educação Integral na escola de tempo integral, a Diretoria de Currículos e Educação Integral/DICEI/SEB/MEC destaca os Comitês Territoriais de Educação Integral como espaço coletivo democrático para discussão de políticas locais educacionais, assumindo desafios na construção de uma nova realidade que envolva corresponsabilidade e interação com o processo educacional, referentes as etapas da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Os Comitês Territoriais de Educação Integral devem ser entendidos como instrumentos de articulação e mobilização das Políticas Estadual e Municipal de Educação Integral sendo fóruns permanentes de debate e discussão das questões inerentes à Educação Básica na perspectiva da Educação Integral, em toda a sua diversidade.

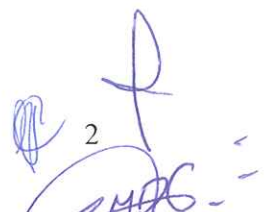
Os Comitês Territoriais de Educação Integral são constituídos com a representatividade das Secretarias de Educação Estadual, Municipal ou do Distrito Federal das áreas afetas à Educação Integral (Cultura, Esporte, Desenvolvimento Social, Saúde dentre outras), dos atores sociais e institucionais que colaboram para a implementação da Educação Integral e das Universidades parceiras. Os comitês são estratégias, espaços e parceiros para implementação de políticas, programas e projetos da Diretoria de Currículos e Educação Integral colaborar com as Coordenações Gerais de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Sendo assim, destacamos as atribuições dos Comitês Territoriais de Educação Integral, em articulação com as etapas e modalidades, com Programas e Ações da Educação Básica na perspectiva da Educação Integral:

- contribuir para o estabelecimento de redes de Educação Integral nos estados;
- promover articulação intersetorial das políticas públicas e ações voltadas para a Educação Integral em todas as esferas de governo;
- mapear oportunidades educativas do território – atores sociais, equipamentos públicos e políticas sociais;
- desenvolver processos formativos a partir das demandas e realidades locais;
- propor aos órgãos e setores envolvidos, mecanismos para o aperfeiçoamento da contribuição de suas ações à Educação Integral, no âmbito territorial;
- estimular o planejamento integrado de estratégias de desenvolvimento da Educação Integral no território;
- garantir a participação social efetiva na implementação da Educação Integral;
- compartilhar informações dos programas e serviços federais, distrital, estaduais e municipais voltados às crianças, jovens e adolescentes;
- acompanhar a execução da política de Educação Integral e de suas ações com os diversos setores envolvidos;
- sistematizar e compartilhar procedimentos e boas práticas de educação integral;
- compartilhar, por meio de plataforma digital informações, conteúdos e boas práticas entre os Comitês Territoriais de Educação Integral;
- contribuir no processo de elaboração e implementação dos Planos Estadual, Municipal e do Distrito Federal de Educação no que tange a Educação Integral;
- avaliar a implementação da Educação Integral a partir das especificidades estaduais e municipais e dos instrumentos de planejamento da ação pública para a infância e adolescência.

Os Comitês Territoriais de Educação Integral são instrumentos de Políticas Estadual e Municipal e do Distrito Federal de Educação Integral sendo fóruns permanentes de debate e discussão das questões inerentes à Educação Básica, em toda a sua diversidade, assim, a ação intersetorial/educação integral aponta a articulação com os seguintes órgãos parceiros envolvidos com essas questões:

- Ministério da Educação (MEC);
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);
- Ministério da Cultura (MinC);
- Ministério do Esporte (ME);
- Ministério da Saúde (MS);





- Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Sendo os Comitês Territoriais de Educação Integral espaços propositivos de representação político-técnica das diferentes redes públicas de ensino, voltam-se para a agenda das Metas do Plano Nacional de Educação/PNE que evidencia um conjunto de estratégias para a oferta da Educação Integral em tempo integral na Educação Básica.

### III – CONCLUSÃO

De acordo com o histórico e análise apresentados, os Comitês Territoriais de Educação Integral configuram-se como **Estratégia de Política Pública de Educação Integral**, para promover uma Educação Básica Pública de qualidade a todos cidadãos.

Nesse sentido reforça-se o apoio do MEC aos Comitês Territoriais de Educação Integral reconhecidos como espaço legítimo de discussão e mobilização no território, constituindo-se em instrumento de articulação entre a Diretoria de Currículos e Educação Integral /SEB/MEC e os territórios no fomento do processo de parceria em prol do debate da Base Nacional Comum Curricular, monitoramento e avaliação da implementação do Plano Nacional de Educação/PNE e dos programas e projetos educacionais de Educação Básica na perspectiva da Educação Integral.

Brasília, 16 de Outubro 2015.

  
**Leandro da Costa Fialho**  
Coordenador-Geral de Educação Integral

  
**Élsio José Corá**  
Coordenador-Geral de Ensino Fundamental

  
**Ricardo Magalhães Dias Cardozo**  
Coordenadora-Geral de Ensino Médio

  
**Rita de Cássia de Freitas Coelho**  
Coordenadora-Geral de Educação Infantil

  
**Ítalo Modesto Dutra**  
Diretor de Currículos e Educação Integral